

## Saneamento básico e o direito à dignidade da pessoa humana: impactos socioambientais da ineficiência do serviço público

### Autor(res)

Ana Maria Foguesatto  
Lauryn Luiza Pires Felice  
Diogo Ricardo Martins Balestra  
Givago De Almeida Brasbie Padilha  
João Vitor Fioravante Benvegnu  
Bernardo De Quadros Monçalves  
Beatriz Fátima Andretta  
Thaiza Machado Pereira

### Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

### Instituição

FACULDADE DE DIREITO DE URUGUAIANA - ANHANGUERA

### Introdução

A dignidade da pessoa humana, princípio fundamental da Constituição, relaciona-se diretamente à qualidade ambiental. Contudo, o crescimento urbano desordenado e a intensificação das desigualdades sociais revelam a ineficiência dos serviços públicos de saneamento básico. Nesse cenário, as políticas urbanas, cuja implementação é dever do Estado segundo a Carta Magna, tornam-se indispensáveis para assegurar um meio ambiente equilibrado, saudável e acessível de forma equitativa. Esta pesquisa propõe-se a analisar os impactos ambientais e sociais decorrentes da precariedade do saneamento básico, evidenciando as violações ao direito fundamental à dignidade humana e ressaltando o papel das políticas públicas como instrumentos de transformação. Para tanto, adota-se o método hipotético-dedutivo e a técnica de pesquisa exploratória bibliográfica.

### Objetivo

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os impactos socioambientais decorrentes da ineficácia do saneamento básico sobre o direito fundamental à dignidade da pessoa humana, destacando a relevância das políticas públicas para assegurar o acesso equitativo a um meio ambiente saudável e equilibrado.

### Material e Métodos

A metodologia adotada nesta pesquisa baseia-se no método de abordagem hipotético-dedutivo e na pesquisa bibliográfica exploratória. Para a construção do estudo, realizou-se levantamento e análise de obras doutrinárias e da legislação pertinente, estabelecendo a fundamentação teórica necessária. A busca por materiais foi realizada principalmente na plataforma Google Acadêmico, complementada pela leitura de livros, doutrinas e normas jurídicas. Utilizaram-se como descritores: “Direito ambiental e saneamento básico”, “Dignidade da pessoa humana” e “Políticas públicas de saneamento básico”. O recorte temporal da pesquisa compreendeu publicações entre

2008 e 2024.

### Resultados e Discussão

Os resultados demonstram que o saneamento básico não atinge de forma eficaz toda a população, configurando um grave problema social e ambiental, sobretudo para comunidades marginalizadas sem acesso a planejamento urbano e infraestrutura adequada. Esse quadro gera degradação ambiental, desequilíbrio ecológico e riscos à vida, à saúde e ao bem-estar físico, mental e social dos indivíduos.

A efetividade do serviço enfrenta barreiras relacionadas à gestão pública, à insuficiência de recursos regionais e aos impactos do acelerado crescimento urbano. Nesse cenário, a atuação estatal torna-se indispensável para promover estratégias de planejamento, regulação e fiscalização capazes de reduzir desigualdades e ampliar o acesso a condições mínimas de bem-estar. Assim, a universalização dos serviços de saneamento básico mostra-se essencial para assegurar, em perspectiva social e ambiental, a plena efetividade do direito fundamental à dignidade da pessoa humana.

### Conclusão

O acesso ao saneamento básico é uma garantia do mínimo existencial social, e sua devida efetividade garante qualidade ambiental, desenvolvimento social e bem-estar existencial. A implementação de políticas públicas urbanas surge como ação essencial para promover a universalidade dos serviços básicos de saneamento, visando planejamento orçamentário e equilíbrio ecológico. Assim, torna-se materialmente efetivo o direito à dignidade da pessoa humana.

### Referências

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 9 set. 2025.
- BOFF, Salete Oro. Revista Brasileira de Direito - Edição Completa. Revista Brasileira de Direito, Passo Fundo, RS, v. 8, n. 2, p. 1–207, 2012. DOI: 10.18256/2238-0604.2012.v8i2.295. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/295>. Acesso em: 9 set. 2025.
- RIBEIRO, Wladimir Antônio. O saneamento básico como um direito social. Revista de Direito Público da Economia – RDPE, Belo Horizonte, ano 13, n. 52, p. 229-251, out./dez. 2015.
- SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Curso de Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Forense, 2021.